

as nossas ATIVIDADES



A atividade do Parlamento dos Jovens é uma iniciativa institucional da Assembleia da República, desde há muito abraçada pela nossa escola. Para o Instituto Duarte de Lemos, o papel do jovem como cidadão e voz ativa da sociedade é muito importante, não havendo melhor atividade que o Parlamento dos Jovens para desenvolver estes aspetos. Assim, mais uma vez, este ano, o Parlamento dos Jovens constou do plano de atividades do IDL. Tudo começou com o apelo feito aos alunos, os quais aderiram muito bem. Iniciara-se então o debate sobre “Violência em meio escolar”, um tema atual e merecedor de atenção, que haveria de durar muito tempo e levar o IDL muito longe.

Passada a primeira fase, que decorreu em janeiro, seguiu-se a fase distrital e Regional. A sessão distrital de Aveiro teve lugar em Anadia, no dia 14 de março, e contou com a participação de quarenta e sete escolas. O IDL ocupou logo um lugar de destaque, tendo os seus representantes sido eleitos para representar o círculo de Aveiro na Sessão Nacional e para defender o Projeto de Recomendação do distrito, projeto este saído dum longo dia de debate sobre todos os outros projetos de todas as outras escolas do distrito

Ao todo, das iniciais 442 escolas, foram eleitas 64 para participarem na sessão nacional.

Começara então a última fase deste grande projeto que levou os alunos Pedro Martins e Daniela Simões como deputados de Aveiro e Bárbara Figueiredo como jornalista d'O Fidalgo a Lisboa, nos dias 2 e 3 de maio. A sessão nacional decorreu no Palácio de São Bento e aqui começava a fase mais difícil e importante, a fase de discutir ideias com alunos de todo o país, ilhas e até da Europa, a fase Nacional, que contou com a presença do Instituto Duarte de Lemos.

Esta fase iniciou-se então com a chegada dos nossos deputados ao Palácio de S. Bento. Jornalistas e professores separaram-se dos deputados, tendo estes últimos entrado pela porta principal. Já no interior do edifício, todos foram encaminhados para as salas de reuniões das comissões. O Instituto Duarte de Lemos defendeu as medidas do círculo de Aveiro na segunda comissão, contra os distritos de Braga, Leiria, Lisboa, Viseu e Viana do Castelo e ainda com a Madeira. Ao todo, eram 5 projetos de recomendação e 32 deputados nesta comissão presidida por Miguel Tiago (deputado do PCP) e por Emídio Guerreiro (deputado do PSD).

Enquanto esta comissão, onde participava o círculo de Aveiro, decorria, outras três trabalhavam para o mesmo objetivo e nos mesmos moldes.

Parlamento dos JOVENS BÁSICO

Logo após o discurso introdutório realizado na segunda comissão, Aveiro começou por apresentar as suas medidas, seguindo-se os outros distritos presentes. É importante referir que Leiria e Viana do Castelo não levavam as suas medidas a discussão nesta comissão, mas sim noutra, apesar de estarem presentes. Curiosa foi a estratégia de Aveiro que, na segunda



comissão, foi o único distrito que optou por expor as suas medidas não só pelo Porta-voz (Frederico Teixeira) mas também por outros dois deputados (tendo Pedro Martins, aluno do IDL, abordado a segunda medida). Após o período de exposição dos projetos de recomendação, seguiu-se a discussão dos mesmos. Durante este período, foram feitos vários comentários acerca das finanças do país, sendo usual a questão “Onde vai a escola ou o Estado arranjar dinheiro para isso?”. A esta questão, Leiria respondeu: “800 milhões de euros gastos em publicidade pelo Estado. Alguém agora ousa dizer que não há dinheiro?”, reafirmando que este “está mal aplicado.”

Leiria questionou Aveiro acerca da não inclusão do ensino secundário nas suas medidas, ao que Frederico Teixeira, porta-voz de Aveiro, respondeu que estavam no ensino básico e não no ensino secundário, “deixemos o secundário para o fim de maio”. Esta questão foi talvez a mais acesa do debate, que aconteceu entre os dois distritos mais participativos nesta comissão. Após este período, deu-se a votação dos projetos de recomendação. O projeto de Aveiro ganhou com 19 votos favoráveis. Seguiu-se a redação do produto final.

Enquanto isto acontecia, os jornalistas e os professores faziam uma visita guiada ao Palácio de São Bento, visitando a Sala dos Passos Perdidos, um símbolo de beleza e imponência com pinturas de Columbano Bordalo Pinheiro. Também o Salão Nobre foi merecedor de atenção. A visita culminou com a ida à Sala das Sessões, sendo de salientar a real beleza admirada por todos.

Nas comissões, tinha-se já redigido os projetos e, assim, sucedeu o discurso final. Na 2.ª comissão, Miguel Tiago, deputado do PCP, proferiu um discurso encorajador, afirmando ainda que “a democracia dentro da Assembleia não faz sentido sem a democracia fora desta, incluindo sem a democracia nas escolas”. Seguiu-se o concerto “Os pequenos Violinos da Metropolitana”, na sala do Senado, e um jantar que marcou o fim do primeiro dia de trabalhos e que serviu para descontraír.

as nossas ATIVIDADES

O dia seguinte foi igualmente preenchido, pelo que a noite no Inatel de Oeiras foi aproveitada para descansar.

Os trabalhos começaram às 10 horas do dia seguinte e os deputados dirigiram-se logo ao Senado. A abertura do Plenário foi feita pelo Presidente da Comissão de Educação e Ciência que começou por apelar à importância das recomendações que saem do Parlamento dos Jovens. Pelas dez e meia, começou então o período de perguntas aos deputados que representavam os grupos políticos, das quais a mais controversa foi a colocada por Aveiro ao PCP acerca da precariedade do emprego jovem e do estado da educação. Durante a resposta a algumas perguntas, os deputados em representação do Bloco de Esquerda, do PCP e do PVE proferiram os discursos mais aplaudidos, mas mais ambíguos. O Bloco de Esquerda afirmou que “a democracia não se vive de quatro em quatro anos”; o PCP acusou o FMI de ser um colonizador financeiro e do acordo com a Troika ser uma farsa, reafirmando a sua ideologia ao dizer “o patrão é o povo!”; os Verdes, por sua vez e pela voz de Heloísa Apolónia, afirmaram que “há dinheiro e o dinheiro é para resolver os problemas!”.

Estando os deputados disponíveis para responder a mais perguntas, os jornalistas aproveitaram para pedir alguns esclarecimentos sobre os temas mais mediáticos. Quando questionado sobre a autonomia das escolas e sobre a avaliação dos professores, o CDS respondeu que a autonomia nas escolas é importante e afirmou que a burocracia da atual avaliação dos professores não pode ser o centro da avaliação, mas sim as aulas. A jornalista do IDL questionou também o CDS acerca da importância das escolas privadas e cooperativas, ao que o Sr. Deputado respondeu: “Todas as escolas que oferecem serviço público são muito importantes para a rede pública. Para mim, e em particular para o meu partido, o ensino particular e cooperativo tem exatamente a mesma importância das escolas que são do Estado e da rede pública.”

Enquanto os trabalhos no Senado continuavam no âmbito do debate da recomendação à assembleia da república, o Presidente da Comissão de Educação e Ciência, o deputado Luiz Fagundes Duarte deu uma conferência de imprensa direcionada para os jornalistas das escolas. Este afirmou que o projeto do Parlamento dos Jovens mobilizou cerca de metade da população portuguesa, direta e indiretamente.

Afirmou ainda que “não há setor nenhum que a médio e longo prazo dê mais lucro do que a educação”. Referiu o significado de educar e a importância da educação para o desenvolvimento, frisando que é “fundamental investir nos alunos”. Quando questionado acerca da despreocupação do Governo relativamente aos projetos de recomendações que são aprovados no programa do Parlamento dos Jovens, o Sr. Deputado respondeu que “o Governo tem o dever de ouvir as recomendações do Parlamento dos Jovens”, acrescentando

ainda que “infelizmente, nem sempre o Ministério da Educação tem prestado atenção necessária às preocupações saídas do Parlamento dos Jovens.

Muitas vezes pensam que são apenas miúdos. São miúdos, mas daqui a anos não são. E aquilo que está a aprender hoje vai contribuir para amanhã serem cidadãos conscientes e sobretudo críticos”. Por fim, reafirmou a importância desta atividade, admitindo que, se esta acabasse, viria a público manifestar o seu desacordo.

No Senado, por sua vez, estava a ser aprovado o projeto de recomendação final à Assembleia da República, que consistiu na fusão dos projetos de recomendação aprovados em cada comissão. A presença de Aveiro nesta sessão plenária foi notável, já que as medidas aprovadas beberam muito das ideias do círculo de Aveiro.

Assim, os deputados da Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Básico recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Introdução da “Violência em Meio Escolar” como tema obrigatório do Programa Educação para a Saúde e realização de ações de formação destinadas a professores, funcionários das escolas e encarregados de educação.

2. Investimento na formação de elementos da comunidade educativa, no sentido de se tornarem capazes de intervir, de modo imediato, perante problemas, dotando os profissionais de estratégias de prevenção e gestão/mediação de conflitos, tornando-os capazes de prevenir a sua ocorrência.

3. Estabelecimento de parcerias com entidade externas (ex. IPJ), para prevenção de comportamentos de violência em meio escolar e aprendizagem sobre como lidar com os mesmos (palestras, workshops, sessões de esclarecimento,...), através de formação a dar a todos os membros da comunidade educativa. No caso específico dos alunos, esta seria, preferencialmente, nas aulas de Formação Cívica.

4. Criação de equipas multidisciplinares e heterogéneas (representantes da associação de pais, direção da escola, escola segura, GNR, associação de estudantes e representantes da ação social), com capacidade para identificar, rapidamente, os indícios das situações problemáticas no sentido de agir de modo mais eficaz, quer na prevenção, quer na reintegração de vítimas e dos agressores e na resolução dessas situações.



as NOSSAS ATIVIDADES



5. Em todas as escolas, existência de gabinetes de atendimento com psicólogos, sociólogos e outros técnicos, em serviço permanente e em número adequado, com vista ao acompanhamento psicológico de agressores e vítimas de violência, professores, funcionários e encarregados de educação, aproveitando os serviços dos Serviços de Psicologia e Orientação.

6. Existência de um psicólogo efetivo nas escolas, que realize o

acompanhamento de toda a comunidade escolar; paralelamente, organização de ações de sensibilização, integradas numa semana específica por período letivo, que ajudem à reintegração dos alunos problemáticos, com o apoio de uma equipa especializada.

7. Execução obrigatória de trabalhos comunitários por parte de todos os indivíduos identificados como agressores, visando levá-los a refletir sobre o seu comportamento desestabilizador, a fim de preservar e, se possível, reforçar o bom ambiente escolar.

8. Criação de um órgão/comissão no sentido de promover o ensino com valores, aplicável a todos os alunos do ensino básico e secundário, assim como a toda a comunidade educativa, dirigido por um(a) psicólogo(a), cuja frequência será decidida pela escola e com o objetivo de ajudar cada aluno a ter maior tolerância e respeito para com a comunidade educativa.

9. Criação de estruturas de gestão de procedimentos redutores de atos de violência, designadamente equipas de vigilância, provedor da não violência e medidas penalizadoras para os agentes ativos de bullying.

10. Elaboração de uma campanha de sensibilização a nível nacional, direcionada para a comunidade educativa, contra a violência em meio escolar. Esta campanha deverá englobar atividades variadas, formação e conferências com o público-alvo e outdoors. Poderão dar o seu contributo à campanha figuras públicas e mass media.



Após uma manhã de trabalhos, de conversas menos formais com os Srs. Deputados e de um agradável almoço no claustro do Palácio de S. Bento, seguiu-se o discurso final com os agradecimentos. O Presidente da Comissão de Educação e Ciência agradeceu a participação de todos e proferiu umas palavras de incentivo aos jovens, afirmando que estes ainda seriam os próximos Deputados da Assembleia da República. Por fim, agradeceu à Dr.^a Julieta Sampaio, a pessoa que deu voz aos jovens ao criar o Parlamento dos Jovens. Em tom final, a atual coordenadora do projeto, Dr.^a Maria



José, afirmou ser com muito orgulho que assiste às brilhantes intervenções dos nossos deputados, muito cívicas.

Logo depois da entrega de diplomas, e na posse do seu lanche transportável, cada escola se dirigiu ao seu local de origem, depois de mais um dia de intenso trabalho e



com a sensação de missão cumprida. O objetivo estava concluído e o projeto de recomendação aprovado. Agora, o desejo dos "deputados" é que seja dada a devida importância a estas medidas. Os deputados saíram da Assembleia da República cheios de novas experiências para contar e, certamente, um pouco mais cultos e mais cidadãos.

Bárbara de Figueiredo, 9.º D

